

## A GESTÃO DE FACE NAS INTERAÇÕES DE UMA AUDIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: O PAPEL DAS EMOÇÕES

Janice Helena Chaves Marinho  
Regina Célia Vago

**Resumo:** Este trabalho parte da hipótese de que os adolescentes em conflito com a lei utilizam estratégias discursivas para gerenciarem as suas relações de faces, e, por inúmeras vezes, fazem esse gerenciamento por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções, sempre com o objetivo de reduzir as ameaças às faces. Há ainda que se observar que os demais atores dessa encenação também usam estratégias discursivas que procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face do adolescente. O objetivo deste estudo, portanto, é apresentar uma análise da complexidade discursiva (estratégias de gestão de faces, tais como a polidez e a proteção da própria face) nas interações de adolescentes em conflito com a lei, em audiências de instrução e julgamento, a fim de verificar quais são as emoções suscitadas por essas estratégias, como essas emoções se apresentam linguisticamente nesse discurso para atingirem o seu objetivo, qual é o papel delas na gestão de faces e que efeitos de sentido sugerem. Para a transcrição desse *corpus*, utilizamos as normas de transcrição do projeto NURC/SP (2002) e adotamos como referencial teórico e metodológico os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) e Goffman (2011).

**Palavras-chave:** Estratégias discursivas. Emoções. Adolescentes em conflito com a lei.

**Abstract:** This work is based on the hypothesis that adolescents in conflict with the law use discursive strategies to manage their face relationships and, for countless times, they accomplish this management through discursive strategies that provoke emotions, always with the objective of reducing the threats to their faces. It should also be noted that the other actors in this scenario also use discursive strategies that seek to mitigate or reinforce the threat to the adolescent's face. The purpose of this study, therefore, is to present an analysis of the discursive complexity of face management, such as politeness and their own face protection, during interactions of adolescents in conflict with the law, in instruction hearings and trials, in order to verify what emotions are caused by these strategies, how these emotions are presented linguistically in this discourse to reach their goal, what their role in face management is, and what meaning effects they suggest. For the transcription of this corpus, we used part of the transcription norms of the NURC/SP project (2002) and adopted as theoretical and methodological references the works of Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) and Goffman (2011).

**Keywords:** Discursive Strategies. Emotions. Teens in conflict with the law.

---

· Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Pós-doutorado pela Université de Fribourg/ Fribourg, Suíça. [Janicehelena.chaves@gmail.com](mailto:Janicehelena.chaves@gmail.com)

· Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [reginaceliavago@hotmail.com](mailto:reginaceliavago@hotmail.com)

## Os adolescentes e a lei: contexto

A problemática que envolve o adolescente em conflito com a lei, no Brasil, é complexa e vem de longa data. Em meados dos anos 70, em plena ditadura militar, movimentos sociais organizados iniciaram uma série de lutas de fundamental importância para a redemocratização deste país. Dentre essas lutas, inclui-se a militância em prol de crianças e adolescentes, as quais culminaram em uma série de denúncias e propostas que mais tarde foram contempladas na carta constitucional de 1988. Posteriormente, em 1990, as demandas em relação às crianças e aos adolescentes foram consolidadas em uma legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicialmente conhecido por ECA<sup>1</sup>, e, posteriormente, devido ao teor pejorativo da sigla, passou a ECRIAD<sup>2</sup>. Na perspectiva desse documento, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, e uma das principais preocupações diz respeito ao adolescente em conflito com a lei.

No contexto desse estatuto, passou-se a adotar a Doutrina da Proteção Integral, a qual rompe com a tradição do “menor”, expressa no Código de Menores de 1927, bem como com a Doutrina da Situação Irregular do Código de 1979. Assim, itens específicos do Estatuto que tratam do adolescente passam a ser observados. Dentre eles, ressalta-se que os adolescentes – pessoas entre 12 e 18 anos de idade – são passíveis de cometerem o ato infracional, entendido como a transgressão das normas estabelecidas ou do dever jurídico, mas que em face das peculiaridades que os cercam, não se pode caracterizar como crime.

Dessa forma, ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as consequências dos seus atos infracionais (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação), não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, *medidas socioeducativas*, cujo objetivo é a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e, bem menos, a punição.

De lá para cá, essa legislação tem sido objeto de discussão em vários segmentos sociais: autoridades, mídia, pessoas comuns. Trata-se de um tema polêmico, principalmente no que diz respeito à maioria penal. Todavia, esta pesquisa não pretende entrar na discussão a respeito da maioria penal, pretende apenas refletir sobre o tema a partir do lugar ocupado pelo adolescente e demais atores que compõem essa *mise-en-scène*, que, do

---

<sup>1</sup> Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

<sup>2</sup> Juristas entre outras autoridades, na última década, preferem a utilização da sigla Ecriad em detrimento de ECA por considerarem que esta última possui um sentido pejorativo.

ponto de vista de uma teoria do discurso, são chamados de sujeito. Vale lembrar que do ponto de vista de uma teoria discursiva, o sujeito é sempre contaminado e perpassado pelo contexto sócio-histórico e ideológico. Neste cenário polêmico, portanto, os atores principais dessa “mise-en-scène” (os adolescentes em conflito com a lei) representam seus papéis sociais. A juíza e os demais atores dessa enunciação também. São sujeitos que ocupam lugares sociais, que “falam”, “ouvem” e agem de acordo com formações imaginárias - imagens na perspectiva de Pêcheux (1969) - ou faces - na perspectiva de Goffman (2011) - que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais.

Ante o exposto, verifica-se que o cenário, onde se dá a mise-en-scène em que está inserido o discurso desse adolescente em conflito com a lei pode e deve constituir o *corpus* de análise do analista do discurso, pois ele pode nos oferecer muitas informações que atendem ao propósito do objeto teórico da Análise do Discurso, ou seja, “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 26).

Diante dessa questão, verifica-se, num primeiro olhar, que assim como todo sujeito de discurso, os adolescentes em conflito com a lei utilizam estratégias discursivas para gerenciarem as suas relações de face. Todavia, por inúmeras vezes, fazem esse gerenciamento por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções, sempre com o objetivo de reduzir as ameaças às faces, protegendo-as e preservando-as, garantindo assim a persuasão. Dessa forma, a nossa hipótese é a de que esses atores, ao se valerem de estratégias discursivas de gestão de faces, suscitam emoções (as paixões segundo a retórica grega e latina), as quais garantem a proteção e a preservação de sua face. Há ainda que se observar que os demais atores dessa encenação também usam estratégias discursivas que procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face do adolescente.

Dessa maneira, partindo da hipótese explicitada, o objetivo deste estudo é apresentar uma análise das estratégias discursivas de gestão de faces, tais como a polidez e a proteção da própria face, nas interações de adolescentes em conflito com a lei, em audiências de instrução e julgamento, a fim de verificar quais são as emoções que são suscitadas por essas estratégias, como essas emoções se apresentam linguisticamente nesse discurso para atingirem o seu objetivo, qual é o papel dessas emoções na gestão de faces e que efeitos de sentido sugerem.

Para dar conta de responder às questões propostas, tomamos como *corpus*<sup>3</sup> trechos de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei, gravada no fórum da cidade de Colatina, noroeste do Espírito Santo. Na audiência, foram ouvidos três adolescentes, mas fizemos nosso recorte a partir do depoimento de um deles, por nos parecer de teor mais relevante para as nossas análises.

Para a transcrição desse *corpus*, utilizamos as normas de transcrição do projeto NURC/SP (2002), e adotamos como referencial teórico e metodológico, os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006) e Goffman (2011).

### **A emoção no discurso: pequena trajetória**

A retórica clássica, tanto a grega quanto a latina, dedicou grande parte de suas reflexões ao estudo das emoções. Meyer (2007) aponta três grandes categorias que classificam as diferentes concepções de retórica: (i) Em Platão, a retórica é uma manipulação do auditório; (ii) em Quintiliano, a retórica é a arte de bem falar (*ars bene dicendi*); (iii) e, em Aristóteles (2000), a retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem persuadir.

A primeira definição (Platão) dá origem a todas as concepções de retórica centradas na emoção, centradas, portanto, no auditório, no papel do alocutário. À segunda, estão ligadas todas as concepções que dizem respeito “ao orador, à expressão, ao si mesmo, à intenção e ao querer dizer” (MEYER, 2007, p. 21). Ainda segundo Meyer, a terceira definição diz respeito às relações entre o explícito e o implícito, o literal e o figurado, as inferências e o literário.

Cada uma dessas três categorias focaliza uma das dimensões da retórica. A noção de pathos (o auditório), ethos (o orador) e logos (o discurso). Ao longo da retórica clássica, portanto, a perspectiva dessas três grandes concepções acabou por influenciar os estudos sobre a retórica, a eloquência ou a argumentação.

Entretanto, não se pode negar que, nesta longa trajetória, as emoções (o pathos na retórica clássica) sempre foram vistas de forma preconceituosa e estereotipada. Dessa forma, na era clássica, as referências feitas por Platão, em algumas obras (tal como em *A República*) colocaram as paixões como algo contrário à razão. Partindo desse pressuposto, convencionou-se que o homem que é dado às paixões possivelmente poderá sofrer a interferência da força

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFGM). O COEP é um dos Comitês de Ética brasileiros vinculados ao Sistema CEP-CONEP. O Sistema CEP-CONEP é organizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, órgão consultivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com sede em Brasília.

desses sentimentos quando for preciso adotar uma conduta racional e ética diante da sociedade.

Descartes foi outro grande responsável por essa visão negativa sobre as emoções. Ao separar corpo e mente, acabou por criar uma vertente filosófica que defendia o princípio de que somente livre de qualquer emoção é que a mente poderia estar em perfeita saúde. Segundo Lima (2006), este filósofo, apesar de sua importância como “pai do racionalismo”, contribuiu com séculos de atraso para os estudos sobre o papel das emoções no discurso. Esse preconceito também foi intensificado com a visão romântica advinda do Romantismo, que, mais uma vez, supunha um antagonismo entre razão e emoção.

Acredita-se que essa visão negativa construída sobre as emoções, ao longo da História, seja a responsável pelo fato de que a linguística como ciência, cujo objeto é social, não tenha se interessado pelas emoções por tanto tempo. Se perguntarmos qual é o lugar das emoções na linguística dos séculos XX e XXI, possivelmente, teremos como resposta que se trata de um lugar marginal, mínimo, quase inexistente. Há os estudiosos que as excluíram completamente, tais como Bloomfield, Sapir, Saussure e Chomsky e há os que fizeram algumas investidas teóricas no campo das emoções, porém não chegaram a desenvolver teorias que realmente investigassem o papel delas no discurso, tais como Jakobson, Halliday, Bally, entre outros.

Somente a partir dos anos noventa, com a entrada da retórica para os estudos linguísticos, por meio da Análise do Discurso e dos estudos da Argumentação, é que o estudo das emoções passa a ser objeto de investigação. Com a retomada dos termos *ethos*, *logos* e *pathos*, termos da retórica clássica, a emoção (*pathos*) passa a ser objeto da linguística moderna.

Dessa maneira, o estudo da emoção no discurso passa a ser interesse de alguns linguistas, os quais têm realizado várias pesquisas sobre o assunto, entre eles Catherine Kerbrat-Orecchioni (2000; 2006), Ruth Amossy (2010), Christian Plantin (1997; 2010), Gisèle Mathieu Castellani (2000), Michel Meyer (2007; 2008) e Patrick Charaudeau (2010). E não se pode deixar de mencionar as contribuições dadas por pesquisadores que, embora não sejam da área da linguística, representam teorias significativas para a investigação da emoção no discurso. Entre eles destacamos as contribuições de Goffman (2011; 2013).

Para este artigo, o nosso objetivo é, a partir da contribuição dos trabalhos de Goffman (2011) e Orecchioni (2006) para a noção de face, apresentar uma análise do papel das emoções em uma audiência com menores em conflito com a lei.

A seguir, apresentamos algumas considerações teóricas em relação à noção de face, na perspectiva de Goffman (2011) e de Kerbrat-Orrecchioni (2006), considerando que entender esses princípios teóricos é de fundamental importância para a compreensão de nossas análises.

### **Estratégias de gestão de faces**

Segundo Goffman (2011), todas as pessoas vivem em um mundo de encontros sociais que as envolvem, ou em contato face a face, ou em contato mediado com outros participantes. Nesses contatos, as pessoas desempenham um padrão de atos verbais e não-verbais, por meio dos quais expressam sua opinião sobre uma situação, bem como sua avaliação sobre os participantes dessa interação e, especialmente, sobre elas próprias. Esse padrão de atos verbais e não-verbais é chamado pelo autor de *linha*. Para ele, não importa se a pessoa pretende assumir uma linha ou não, ela sempre o fará na prática. Dessa maneira, em todas as interações, os interactantes, se quiserem lidar com as respostas entre si, precisarão levar em consideração as impressões construídas entre si.

Em seguida, Goffman (2011, p. 13), utiliza o termo “*face*” para definir “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. A face, portanto, é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados.

Nessa perspectiva, o autor defende a ideia de que os sentimentos dos interactantes estão ligados à face, ou seja, a pessoa tende a experimentar respostas emocionais imediatas à face que o contato com o outro permite a ela. Segundo ele, uma pessoa também terá sentimentos sobre a face mantida para os outros participantes de uma interação. Embora sejam sentimentos de quantidade e direção diferentes dos que ela mantém para com a sua face, trata-se de um envolvimento tão espontâneo e imediato quanto o que mantém para com sua própria face. É o que pretendemos mostrar quando das análises das emoções na audiência com os menores em conflito com lei.

Diante do exposto, podemos afirmar que tanto a face pessoal quanto a face do outro são construtos de mesma ordem. A quantidade de sentimentos que temos pela nossa face e a distribuição deles pelas faces envolvidas são determinadas pelas regras do grupo social na situação de interação.

Isso significa que, ao participar de uma interação, o interactante recebe uma face para manter e assim assume a responsabilidade de vigiar o “*fluxo de eventos que passa diante dela*” (GOFFMAN, 2011, p. 17), de forma que tudo que seja enunciado seja consistente com

sua face. Dessa maneira, embora a face seja nossa posse mais pessoal, centro de nossa segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade e pode ser retirada a qualquer momento, caso não nos comportemos de forma digna dela.

Para Goffman (2011), da mesma forma que se espera que um interactante proteja a sua face (respeito próprio), espera-se também que ele realize esforços para resguardar os sentimentos e a face do outro (consideração). Espera-se que ele faça isso espontaneamente devido à sua identificação emocional com os outros e com os sentimentos deles. Nas análises de nosso *corpus*, encontramos esse tipo de preservação de face na interação da juíza (J) com os adolescentes (A) como evidenciado no fragmento “*olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha..*”, em que o uso do diminutivo sugere a afetividade, oriunda da identificação de J para com os sentimentos de A.

Para a realização de nossas análises, faz-se necessário, também, tecer algumas considerações sobre as pesquisas realizadas por Kerbrat-Orecchioni (2006) a respeito da emoção e da noção de faces. A autora, para tratar da “polidez”, a partir de uma concepção da pragmática linguística, utiliza o quadro referencial teórico proposto por Brown e Levinson (1987).

Para esses autores, a noção de polidez deve ser entendida em sentido amplo, recobrando todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal. Partindo desse princípio, Kerbrat-Orecchioni (2006) apresenta uma proposta de análise das manifestações linguísticas da polidez.

O modelo de Brown e Levinson (1987), fundamentado pela noção de faces e território de Goffman (2011), afirma que todo indivíduo possui duas faces: uma positiva e outra negativa. A negativa corresponde aos territórios do eu (corporal, espacial, temporal, bens materiais) e a positiva corresponde ao narcisismo e ao conjunto de imagens que os interactantes constroem entre si e tentam proteger na interação.

Posto dessa forma, em qualquer interação com dois participantes, teremos a presença de quatro faces, que no desenrolar desta interação estarão sob ameaça pelo número de atos verbais e não verbais produzidos. Os autores dão a essas ameaças, que podem pôr em risco uma ou mais faces de um interactante, o nome de *Face Threatening Act* – FTA – atos que ameaçam as faces, sigla que, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2011), faz parte do vocabulário básico de todo pesquisador das conversações.

Nessa perspectiva, os atos de fala foram divididos pelos autores em quatro categorias de atos: os que ameaçam a face negativa do emissor (ofertas ou promessas que podem lesar o seu território posteriormente); os que ameaçam a face positiva do emissor (confissões,

desculpas, autocríticas); os que ameaçam a face negativa do receptor (perguntas indiscretas, proibição, ordem, conselho) e os que ameaçam a face positiva do receptor (tudo o que põe em risco o narcisismo do outro: crítica, insulto, injúria, sarcasmo). Vale dizer que um mesmo ato pode se inscrever em mais de uma categoria, porém com valores determinantes.

Brown e Levinson (1987) apresentam ainda o conceito de “*face want*” e “*face work*”. O *face want* corresponde ao desejo dos interactantes de preservar as suas faces sob constante ameaça e o *face work* corresponde ao trabalho ou meio de conciliar o desejo de preservar a face com a imensidade de atos de fala ameaçadores que os interactantes produzem o tempo todo durante uma interação. Nessa perspectiva é que surge a noção de polidez, a qual aparece como elemento conciliador.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), o modelo de Brown e Levinson, embora produtivo, é passível de algumas críticas, tal como o caráter excessivamente pessimista da interação, o que reduz a polidez à sua forma negativa. Ao centrar a pesquisa na questão da “ameaça”, os autores privilegiam a face negativa. Dessa forma, a teoria da polidez deles focalizou os atos ameaçadores para a noção de faces, deixando de apontar os atos valorizantes para essas mesmas faces, tais como o agradecimento e o elogio. Diante disso, Orecchioni propõe-lhe um aperfeiçoamento, introduzindo, no modelo teórico proposto por esses pesquisadores, um termo suplementar para designar os atos que representam o lado positivo dos FTAs, o que ela chamou de *Face Flattering Acts* – FFAs – atos que lisonjeiam a face. Assim a autora propõe a ideia de polidez negativa vs polidez positiva. Para ela, a presença das FFAs permite a ampliação dos estudos da polidez e ocupa um lugar tão importante quanto a polidez negativa.

[...] mostrar-se polido na interação é produzir FFAs tanto quanto abrandar a expressão dos FTAs – e até mais que isso: nas representações protótipas, a lisonja passa como sendo “ainda mais polida” que a atenuação de uma crítica (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.23).

A partir dessa crítica ao modelo teórico de Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006) nos coloca três questões básicas para tratar das diferentes realizações linguísticas da polidez: a noção de face negativa e face positiva, FTA e FFA, e polidez negativa e positiva.

Em relação à polidez negativa, a autora, recorrendo a Brown e Levinson, mostra-nos a necessidade da recorrência à procedimentos “suavizadores” na produção de atos ameaçadores de fatos – FTAs, os quais podem ser de natureza verbal e não verbal. Os procedimentos de natureza verbal foram divididos por ela em substitutivos e subsidiários.



Os substitutivos consistem em substituir a formulação mais direta, portanto mais ameaçadora, por uma mais suave. Dentre essas formulações, recorre-se à formulação indireta do ato de fala, como ocorre no clássico exemplo dos atos que indicam ordem: em vez de dizer “Feche a janela” substitui-se por “Você pode fechar a janela para mim?”, “Está ventando muito aqui”, ou seja, substitui-se um ato mais coercitivo por um menos coercitivo ou uma asserção.

Há outras formas de formulação indireta, porém nosso objetivo não é apresentar uma listagem dessas formulações. Na medida em que elas aparecerem em nosso *corpus*, atendendo ao propósito de nossas análises, pretendemos apresentá-las.

Outros procedimentos substitutivos também podem suavizar uma FTA: desatualizadores modais, temporais ou pessoais, substituição de determinados pronomes pessoais com o objetivo atenuar a ameaça, procedimentos retóricos do tipo lítote, eufemismo e tropo comunicacional.

Kerbrat-Orecchioni (2006), em seguida, apresenta os procedimentos subsidiários (acompanhantes), que consistem em acompanhar a formulação de uma FTA por uma fórmula especializada tal como “por favor” ou “se for possível”. Contudo, para a autora, há ainda outras formas de se “*bater nas faces delicadas de nosso parceiro de interação*”, entre elas estão: a enunciação preliminar do ato ameaçador, reparações tais como pedido de desculpas ou justificativas, minimizadores, modalizadores, desarmadores, modeladores.

Kerbrat-Orrechioni (2006) apresenta ainda algumas considerações em relação à polidez positiva, que consiste na produção de atos que tenham um caráter “antiameaçador” – as FFAs. Dentre eles destacam-se o elogio, o agradecimento, as boas vindas. A autora, por último, observa que as FTAs tendem a ser minimizadas em sua verbalização e que as FFAs se prestam à formulação intensiva, ou seja, são enfatizadas.

Levando-se em conta as noções de faces e gestão de faces apresentadas pelos autores comentados, podemos afirmar que muitas estratégias de proteção de faces estão diretamente ligadas às emoções. O uso de estratégias de proteção de face, como a polidez, em um discurso, significa principalmente suscitar e expressar emoções na superfície desse discurso. Assim, utilizando os recursos de análise da polidez, entre outros marcadores, sugeridos por Orecchioni, procederemos a uma análise da presença dessas emoções, as quais foram suscitadas e expressas pelos interactantes de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei, em busca da proteção e da preservação da face (entendendo-se aqui a face positiva).

### **O palco da mise-en-scène: emoções e proteção de face**

Os fragmentos apresentados para estas análises pertencem a um *corpus* maior, que se encontra na íntegra nos anexos deste trabalho. Vale dizer que essas análises não se esgotam aqui. Há muitas estratégias de proteção de face (positiva) que suscitam emoções presentes no *corpus*, mas que devido aos objetivos deste trabalho não nos foi possível apresentar. Tomamos emprestada a proposta de Orecchioni para a análise das manifestações linguísticas da polidez, não somente para proceder às análises relacionadas à proteção e à preservação de face de um interactante para com o outro (polidez), mas, principalmente, para a análise do uso dessas estratégias pelo interactante para proteger a sua própria face.

Para isso, partimos do princípio de que os adolescentes (atores), que compõem a cena enunciativa em uma audiência, procuram construir e preservar a sua face positiva, as quais procuram proteger por meio de estratégias discursivas que suscitam emoções. Os outros atores da cena enunciativa, no caso da audiência em análise, a juíza, também se utilizam de estratégias discursivas, as quais procuram atenuar ou reforçar a ameaça à face positiva do adolescente. Dessa maneira, procuramos observar atos que ameaçam a face positiva do adolescente enunciador e a face positiva do adolescente enunciatário e, conseqüentemente, as formas de atenuar esses atos bem como as emoções suscitadas nessa enunciação. Essa face positiva diz respeito à imagem do adolescente em conflito com a lei, ou seja, à *linha* de conduta estabelecida para ele, principalmente pelo ECRAD, entre outras legislações e autoridades: imagem de um sujeito de direito, passível de cometer atos infracionais, porém, em face de suas peculiaridades, não caracterizados como crime, portanto não passíveis de responsabilidade penal.

A cena enunciativa da audiência em questão possui como principais atores: um adolescente em conflito com a lei por tráfico de drogas (tratava-se da segunda audiência dele devido a esse tipo de infração) e a juíza da Vara da Infância e da Juventude. Na transcrição, o adolescente será designado por “A” e a juíza por “J”.

No início da audiência J, antes de ler a acusação, ao dirigir-se ao adolescente “*Você sabe então o que é, né A? Consta aqui, A, ...*” já utiliza estratégias discursivas que suscitam emoções, objetivando a proteção de face. O uso da interrogativa, do marcador conversacional “né” e a retomada do nome do adolescente funcionam como estratégia de polidez, atenuando o ato ameaçador à face positiva de A e suscitando afetividade, tal como carinho e ternura.

Ao longo de toda a audiência os marcadores conversacionais “*e aí*”, “né” e as interpelações são utilizados diversas vezes por J. “*E aí? E você trabalha? Não?*” (...) “*J: Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assi::stida ou de prestação de serviço à comunidade para você? (...) Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida? (...) Com*

*sinceridade? (...) Mesmo?*” O uso desses marcadores conversacionais, típicos da modalidade oral, aliado à forma como J modaliza as interpelações, evidencia a busca de uma relação de proximidade com o adolescente, até maternal.

Outra estratégia usada por J durante a audiência é a utilização de perguntas como estratégia de polidez negativa; dessa maneira, J utiliza-se de perguntas para repreender: *“Não está estudando? (...) Você está com 16 anos? (...) Você nunca trabalhou? (...) Então você continua no tráfico né, A?”*. A repreensão consiste em ato típico de ameaça à face positiva de A (FTA) e, portanto, deve ser atenuado evitando assim a exposição de A. Trata-se de procedimento “suavizador”, como bem colocou Orecchioni (2006), a partir das considerações de Brown e Levinson (1987).

Ainda, no decorrer da audiência, J utiliza diversos marcadores conversacionais do tipo “Ah::” “Ahn-rã” demonstrando compreensão para com o adolescente e, assim, procurando estabelecer uma relação de confiança com ele.

Em *“Você já experimentou alguma vez... o fristo que é o:: o cigarro da maconha com a pedra de craque? Não. Nunca experimentou. Tem medo do craque né. Tem que ter mesmo”*, temos um ato ameaçador atenuado por uma emoção. J, para não dizer “você não pode fumar craque” apela para uma emoção direta, “o medo”, e por meio de interrogativas e asserções, utiliza essa emoção como estratégia para proteger a face do adolescente.

Mais adiante, ao referir-se a um ex-adolescente, citado por A, J utiliza-se de escolhas lexicais no diminutivo: *“Sabe quem é né, R? O W, olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha... assim... pouco cabelo. Já fez dezoito anos ele.”* Essas escolhas pelo diminutivo e a própria modalização das sentenças nos sugere, mais uma vez, a expressão da afetividade: o carinho e a ternura.

Outro fato bastante interessante é o uso do tropo conversacional (dirigir o enunciado ameaçador a outro que não é aquele a quem o enunciado se destina): *“Eu sei o nome dele. Conheço bastante. Abriguei ele quando era menor de idade, tentei colocar ele para estudar. Levei ele várias vezes para o pai dele. Muitas vezes ele falou que ia voltar. Ele ficou vai e volta até fazer dezoito. Ai, eu não podia fazer mais nada!”* Ao enumerar o que fez pelo ex-adolescente, J, na verdade, diz a A que o mesmo que ocorreu com o ex-adolescente ocorrerá com ele, caso não mude de atitude.

Será preciso, ainda, destacar o momento da aplicação da medida socioeducativa. A juíza procura atenuar os FTAs por meio de diversas perguntas e demais formulações indiretas dos atos de fala e modalizações: *“O que eu posso fazer por ele? Acho que dá para a gente aplicar uma medida ainda. Eu posso oferecer para você ... o perdão ... né. Em relação a isso*

*aqui, cumulado com uma medida socioeducativa. Eu posso dar para você uma liberdade assistida de seis meses. Você sabe o que é isso? Você vai lá no L.A. Vai te ajudar, porque eles vão conseguir seus documentos todos... né. Te ajudar a arrumar documento. Te ajudar a arrumar matrícula... em escola ... tá bom? Te ajudar também ... a::: ... é::: ... fazer cur:::so profissionalizan:::te. Eles te encaminham, mas eles vão te acompanhar. Eu vou saber se você continua no tráfico, eu vou saber se você está disposto a fazer curso, se está disposto mesmo a trabalhar ou se é conversa fiada. Tá? Com três tráficos, você pode ser internado. Tá bom? Então essa é assim ... é uma primeira oportunidade que a gente dá a você. Ai você pode aproveitar essa oportunidade. Você topa? Por meio dessas formulações indiretas e de modalizadores, J oferece a A o perdão, porém, ao mesmo tempo, aplica-lhe uma medida socioeducativa e lhe faz uma advertência: deixa claro que, se não aproveitar a oportunidade (Liberdade Assistida), poderá perder a liberdade.*

Há, ainda, muitas outras estratégias discursivas de gestão de face utilizadas por J, porém ficaremos apenas com as que já mencionamos. Passaremos, a partir de agora, às análises das estratégias discursivas que suscitam emoções, utilizadas pelo adolescente, em busca da proteção de sua face.

O adolescente A, seguindo o ritual para o seu “to save face<sup>4</sup>” também irá usar as estratégias de proteção de face. Ao ser questionado por J se trabalhava, no início da audiência, apresenta como resposta um “*ainda não*”. Esse “*ainda não*” é uma forma modalizada que consiste em uma estratégia de proteção face. Ao usar o operador discursivo “*ainda*”, A está dizendo que não trabalha no momento, mas que pretende trabalhar.

No decorrer da audiência, vamos observar que existe uma recorrência à “doxa<sup>5</sup>” do trabalho (ou estudo), tanto por parte do adolescente: “*Não. Vou estudar à noite no Aristides. (...) Ah:: não. O cabo Vieira falou que vai arrumar um emprego pra mim. (...) Mas eu decidi de ontem que eu vou caçar um emprego e vou parar com isso*”, como por parte da juíza: “*Não. Não está. Não está estudando, mas irá começar a estudar à noite... e trabalhar. Ahnrã. Vai voltar a estudar e trabalhar. Os policiais ainda vão te abordar muitas vezes. Até perceberem você com o uniforme de esco::la... com o uniforme de traba::lho, mudando sua situação::: ...*” Essa recorrência se justifica por fazer parte do imaginário da coletividade a ideia de que o trabalho enobrece e dignifica o homem e, portanto, aquele que trabalha (ou estuda) não pode ser criminoso ou não tem tempo para o crime. Trata-se de um amenizador do FTA: dizer simplesmente que não estuda é uma ameaça à face, mas dizer “*Ainda não*”. “*Vou*

---

<sup>4</sup> Expressão usada por Goffman (2011), que em português poderia ser entendida como “livrar a cara”.

<sup>5</sup> Saberes consagrados em torno de uma ideia e que faz parte do imaginário social.

*estudar à noite no Aristides*” atenua a ameaça à face e ainda suscita os sentimentos de nobreza e dignidade.

Ainda fazendo uso de modalizadores e moderadores, o adolescente procura atenuar o FTA quando se vê obrigado a responder se é usuário de droga: a forma como modaliza por meio do “Só de maconha” (...) e do “*Mas... eu não sou viciado não, senhora*” (...) e a forma moderada “*Ah::... ah de quanto que eu quiser. Se eu falo que só vou fumar uma. Só fumo uma*” diminuem a gravidade de ser um usuário de droga. Essas estratégias discursivas de proteção de face são procedimentos que procuram atenuar o FTA, mas, ao mesmo tempo, resgatar a confiança de J, sugerindo autoconfiança e determinação.

Não podemos deixar passar despercebido o momento da confissão. Segundo Brown e Levinson (1987), a confissão é um tipo de ato que ameaça a face positiva do interactante. Ao fazê-la, portanto, A, mesmo que inconscientemente, sabe que será preciso proteger a sua face e para tal recorre a um procedimento suavizador. Quando J lhe pergunta: “*A, o que você estava fazendo com essas quinze pedras de craque?*”, A resolve confessar “*Senhora, eu não vou mentir pr’ucê não. Eu ia vender elas*”. Mas para realizar essa confissão, ele procura suavizá-la, inserindo nela uma “fórmula especializada” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), tal como “*Senhora, não vou mentir pr’ucê não*”. Essa fórmula especializada, além de atenuar o FTA “*eu ia vender elas*”, procura resgatar a confiança perdida.

Ainda como estratégia de proteção de face, utilizada por A, encontramos a utilização da recorrência à máxima da sinceridade. No decorrer da audiência, J lhe pergunta: *Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assistida ou de prestação de serviço à comunidade para você? (...) Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida?* Após esse questionamento segue-se um “*Sim senhora*” e a juíza torna a perguntar “*Com sinceridade?*” e A responde “*Com sinceridade*”. Ao recorrer à máxima da sinceridade, a juíza espera que A se comprometa com a sua promessa e A, por sua vez, demonstra arrependimento, desejo e esperança de “mudar de vida”.

Há vários aspectos discursivos relacionados às estratégias de proteção de faces que merecem ser analisados nesta audiência, porém para o propósito de um artigo, consideramos pertinentes as análises apresentadas até aqui. Fica para um próximo trabalho a discussão a respeito dos diversas FFAs (Atos lisonjeadores às faces) presentes nesta audiência.

### **Considerações finais**

Este estudo comprovou a nossa hipótese inicial de que os atores de uma audiência com adolescentes em conflito com lei utilizam-se de estratégias discursivas de gestão de faces, as

quais suscitam emoções, buscando a proteção e preservação dessa face. Entre essas estratégias foram utilizados, principalmente, procedimentos que atenuam os FTAs (atos que constituem ameaças às faces positivas dos interactantes), no caso de nosso corpus, o adolescente em conflito com a lei.

Esses procedimentos, quando marcados linguisticamente, variam desde formulações indiretas de atos de fala, uso de tropos e procedimentos subsidiários, tais como fórmulas especializadas, minimizadores, modalizadores, moderadores, entre outros. Todos esses procedimentos, utilizados tanto na proteção da face alheia (polidez – da juíza para o adolescente), quanto na preservação da própria face (do adolescente para o próprio adolescente), cumprem o seu papel de preservar a face em questão, geralmente por meio das emoções suscitadas.

As emoções suscitadas passam pelas relações de carinho e ternura, pelo arrependimento /perdão, entre outras emoções citadas ao longo de nossas análises, e, finalmente, terminam com a felicidade. Na última frase pronunciada pela juíza ao se despedir do adolescente: “Tchau. Estou feliz porque você vai mudar hem, A”, esta, expressando felicidade, demonstra ter confiança no adolescente, mesmo quando sabe que nem sempre isso é possível.

## **Referências**

- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3ª edição. Paris: Armand Colin, 2010.
- ADORNO, S. (1993). Criança: a lei e a cidadania. In I. Rizzini. (Org.). *A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BROWM e LEVINSON, S. *Politeness*. Cambridge, CUP, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick. A Patemização na televisão como estratégias de autenticidade. In: Machado, Ida Lúcia, Menezes, William e Mendes, Emília (org.). *As emoções no discurso*. Vol. 2. Campinas: Mercado de Letra, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, RJ: editora vozes, 2013.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Les émotions dans les interactions. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

\_\_\_\_\_. Análise da conversação: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no tribunal do júri. Tese de doutorado em estudos linguísticos. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle. La rethorique des passions. Paris: PUF, 2000.

MEYER, Michel. A retórica. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. Les grands définitions de la rethoriques. In: Principia rhetórica: une théorie générale de l'argumentation. Paris: PUF, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

PLANTIN, Christian. L'argumentation dans l'émotion. Paris: Pratiques 96, 1997.

\_\_\_\_\_. As razões das emoções. In: Machado, Ida Lúcia, Menezes, William e Mendes, Emília (org.). As emoções no discurso. Vol. 2. Campinas: Mercado de Letra, 2010.

## **Anexos**

### Audiência 01

Apresentamos, a seguir, a transcrição de uma audiência com adolescentes em conflito com a lei por envolvimento com o tráfico de drogas. Trata-se de audiência gravada no Fórum de Colatina – ES e participam de sua mise en scene, a juíza (J), um representante do Conselho Tutelar (R), o irmão de A (I). A transcrição que segue é o recorte de uma parte desta audiência, quando foi ouvido o menor que aqui chamaremos de A. Há ainda referência a segundo menor L e a um primo do menor ouvido, que chamaremos W. Segue tabela de transcrição adaptada do projeto NURC/SP.

(( ))	Comentário do analista
Truncamento	/
Entoação enfática	Uso de maiúsculas
Alongamento de vogal ou consoante	:: ou :::
Pausa	...
Superposição de vozes	[
Interrogação	?

((A juíza, após ouvir as testemunhas, começa a ouvir o adolescente A))

J Você sabe então o que é, né A? Consta aqui, A, que no dia 26 de setembro de 2013, por volta das 19 horas, na escadaria X, no bairro N, durante patrulhamento, a guarnição avistou três indivíduos no local, em atitude suspeita. Que ao avistarem a guarnição, empreenderam fuga para dentro da casa de número 56 da escadaria. Dois dos indivíduos foram alcançados, sendo um deles CA. A guarnição prosseguiu com a abordagem pessoal e nada de ilícito foi encontrado. Contudo ao realizarem a revista na casa dele, foi encontrada uma balança de precisão com resíduo de entorpecente e várias sacolas de chup-chup. Questionado acerca do terceiro indivíduo que se encontrava com CA, este diz ser W, indicando onde ele residia. Ao se deslocarem à residência de W, foi encontrado dentro da mesma mais dois indivíduos, sendo os adolescentes A e L. Essa é que a sua parte tá? No interior da casa, foi encontrada uma sacola transparente, contendo uma substância em pó branca, aparentando ser ácido bórico, a quantia de 179 reais, em espécie, com o adolescente L e a quantia de 109 reais, em espécie, com o representado A. Foi encontrado ainda, dentro da mesma casa, um prato com duas colheres, ambas com resíduo de substância análoga a ácido bórico, e uma sacola transparente com a mesma substância citada acima. A guarnição, então, se deslocou até a residência de A, sendo encontrada uma bucha com substância análoga à maconha e mais 51 reais em espécie. Durante as buscas, a guarnição recebeu uma denúncia indicando onde o adolescente A havia escondido a droga, sendo possível encontrar no local indicado na denúncia 23 buchas de substância análoga à maconha, embaladas em sacolas transparentes e uma munição de calibre 32 intactas. Então consta que aquela droga, aquelas 23 buchas de maconha eram suas e que você venderia aquela droga. Você confirma?

A Confirmando não.

J ((virando-se para a escrevente)) Que nega os fatos narrados na inicial.

J E aí? E você trabalha? Não?

A Ainda não.

J Você estuda?

A Não. Vou estudar à noite no Aristides.

J Não está estudando?

A Por enquanto não.

J Você está com 16 anos?

A Tô. Vô estudar à noite no Aristides.

(( A escrevente pergunta))

E Ele está estudando?

J Não. Não está. Não está estudando, mas irá começar a estudar à noite... e trabalhar.

A [ a estudar...

J Você nunca trabalhou?

A Ah:: não. O cabo Vieira falou que vai arrumar um emprego pra mim.

J Falou?

((Nesse momento, o irmão maior de A, que o acompanhava, perguntou sobre o dinheiro))

I E os 51 reais? Era meu.

J É::, depois você conversa comigo, tá. Agora ele está sendo ouvido.

J ((Voltando para a escrevente)) Que o cabo Vieira prometeu arrumar um emprego para o depoente.



J ((Voltando para o depoente)) A, você com... a sua ahn:: / quando você foi revistado, foi encontrado com você 109 reais, junto do seu corpo, né. E de onde....

[

A Não... foi encontrado 76, eu acho.

J Bom, aqui consta que foi encontrado 109 reais com você. Tá constando aqui 109. Mas você diz que não foi, foi 76.

A É... foi por aí. 89 reAIS.

J E de onde / oitenta e nove ou setenta e nove? Não sabe dizer ao certo?

A É

J Sabe ou não sabe? Sabe não?

A Não sei se foi 80 rea::s ou 70 reais?

J Setenta ou 80 reais?

A É... 70 reais.

J ((para a escrevente)) 70 reais ou 80 reais e não 109 como consta na inicial.

J ((para A) De onde era esse dinheiro? Se você não trabalha::va? De onde era esse dinheiro? Proveniente de QUÊ, esse dinheiro? Esses 70 ou 80 reais?

A Eu tinha vendido umas bucha ((bem baixinho))

J Você tinha vendido umas buchas de maconha.

J ((para a escrevente)) Que o dinheiro era produto da venda de umas buchas de maconha.

J ((voltando para A)) E aquelas maconhas, vinte e três buchas... não eram suas?

A Era só seis. E... e:: uma/ e seis... eu tinha deixado pra... e uma... eu tinha...

[

J Você tinha vendido cinco, então? Você tinha vendido seis? E uma você guardou?

[

A Ahn::

J A carga era de sete que você tinha?

A Não. tinha seis. Eu tinha seis escondida do lado da esca::da.

J Ah::

A Aí eu ia usar... e uma eu deixei em cima da geladeira, que eu tinha esquecido.

J ((para a escrevente)) o depoente tinha seis buchas de maconha escondidas perto da escada, mas eram para uso próprio. Que... essa bucha que estava em cima da geladeira era sua também.

[

A É...

J Que o depoente havia guardado para usá-la.

J ((voltando para A)) quem mais escondia droga naquela escadaria?

A Ah senhora, eu nem sabia que tinha droga lá não.

J ((para a escrevente)) que o depoente não sabia que havia drogas escondidas na escadaria.

J ((para o depoente)) quem mora perto da escadaria lá, além de você?

A Eu ((bem baixinho)) ahn::...eu moro... pra... frente um pouco.

J Oi?

A Eu moro pra frente um pouco.

J Sei. Você mora um pouco mais frente da escada. E da sua casa você consegue visualizar a escada?

A Não. Eu nem fico dentro de casa não. Eu ficava mais na casa da minha namorada.

J ((para a escrevente)) Que a escadaria onde foi encontrada a droga é um pouco mais à frente da casa do depoente. E perguntado ao depoente se da casa é fácil visualizar a escada, respondeu que quase não fica em casa e que fica mais na casa de sua namorada.

J ((para A)) Você foi apreendido novamente na terça-feira?

A Terça-feira?

J Terça-feira. É.

A Fui.

J E aí?

A Eu tava descendo ...

[

J droga também?

A Não. Eu tava descendo lá pro:: São Vicente. Aí foi / quando eu tava curvando... aí chegou a polícia militar e botou todo mundo na parede. Aí nisso, acharam umas drogas que tava do lado das meninas que tava sentada lá no morro. Aí nisso, como eu sou pichado né, botou eu/ botou todo mundo dentro da gaiola. Aí levou eu lá na casa da minha irmã e eu tinha esquecido ((num tom mais baixo)) quinze pedras lá.

J Você tinha esquecido quantas pedras?

A Quinze.

J Quinze pedras. O que foi encontrado perto das meninas? Foi craque... foi...

A [ foi craque

J Craque. Você sabe quantas?

A Não, não sei não. Tava dentro de uma bolsinha preta.

J ((voltando para a escrevente)) que as pedras de craque estavam dentro de uma bolsinha preta.

A [ Aí els falaram que era de uma menina que tava lá.

J ((ainda para a escrevente)) como o depoente... é:: /

((voltando para o adolescente)) fichado né, que você quis dizer?

A Como assim?

J Marcado pela polícia.

A É, é.

J ((voltando para a escrevente)) Como o depoente é marcado pela polícia, foi colocado dentro da viatura e levado até a casa de sua irmã. Não é isso?

A É:::

J ((para a escrevente)) que o depoente havia esquecido quinze pedras de craque na casa da irmã, que essas forma apreendidas pela polícia.

((voltando-se para o depoente)) Você é usuário de drogas, A?

A ((abaixa a cabeça)) Só de maconha.

J Só de maconha?

A Mas... eu não sou viciado não, senhora.

J Você usa de quanto em quanto tempo?

A Ah::...ah de quanto que eu quiser. Se eu falo que só vou fumar uma. Só fumo uma.

J Mas assim, normalmente, quanto você usa?

A Uns dois ... uns três.

J Por dia?

A É.

J Todo dia?

A Todo dia não.

J Todo dia não? Assim na semana.... sete dias da semana...

A [ sete dias na semana?

J Não Em SETE dias? Você usa uns três dias?

A Por aí.

J Por aí ou pouquinho mais?

A Por aí.

J Por aí. Então... três dias, em sete, você usa. E quando usa, usa duas buchas?

A Não. ((bem baixinho)) Uso quando tem.

J Em quanto tempo? Você acredita que você controla então? Que você é capaz de controlar? Que você fuma quando tem ou quando quer? Você acha isso?

A Eu acho não. Eu tenho certeza.

J Você já experimentou alguma vez... o fristo que é o:: o cigarro da maconha com a pedra de craque?

A ((responde negativamente com a cabeça)).

J Não. Nunca experimentou. Tem medo do craque né. Tem que ter mesmo. A, o que você estava fazendo com essas quinze pedras de craque?

A Senhora, eu não vou mentir pr'ucê não. Eu ia vender elas.

J Você ia vender. Então você continua no tráfico né, A?

A Não.

J Foi ONTEM! ANTON:::TEM!

A Mas eu decidi de ontem que eu vou caçar um emprego e vou parar com isso.

J Você “decidiu de ontem” que vai “caçar um emprego” e vai parar de traficar.

A O cabo Vieira me prometeu ...

[

J o Marcos te prometeu. O cabo Marcos Vieira ...

A é pra eu procurar ele lá no outro lado que ele vai deixar o número comigo, os negócio todo, pra eu procurar ele

...

J Ahn-rã. Vai voltar a estudar e trabalhar.

A É chato ficar correndo da polícia, fugindo ...

J Isso aí é o de menos. O pior é moRRER::, maTAR:: ... ser PREso. Você está com dezesseis, né? O negócio não está bonito não, A. Eu vou ler para você o que você falou na delegacia tá.

((leitura do depoimento do adolescente na delegacia. Após a leitura, volta-se para o adolescente))

J Confirma só em parte né, A?

A É ... em parte.

J ((voltando-se para a escrevente retifica o depoimento quanto ao valor e origem do dinheiro, em seguida volta-se para o depoente)).

J Eu já apliquei alguma medida de... liberdade assi:::stida ou de prestação de serviço à comunidade para você?

A Não.

J Ainda não, né? Quer dizer que você está querendo mudar de vida?

A Sim senhora

J Com sinceridade?

A Com sinceridade.

J Mesmo?

((voltando-se para a escrevente)) que pretende realmente mudar de vida e irá procurar emprego.

((em seguida, torna ao depoente)) E aquele ácido bórico que estava entre vocês ... você dois? Era ácido bórico mesmo?

A Eu e o L tinha saído à noite e chegamo na madrugada. O meu irmão tava dormindo e a mãe dele também. Nós ficamo do lado de fora, aí nós pedimo o W para dormir lá.

J Ah:::!

((novamente para a escrevente)) que não sabe dizer de quem era o ácido bórico, nem o que seria feito dele, pois o depoente e L pediram ao W para dormir na casa dele em razão de seu irmão e da mãe de L estarem dormindo e a porta da casa estar fechada no momento em que o depoente chegou em casa.

((voltando-se para o depoente)) O W é seu primo?

A Não. É de consideração.

[

J não?

((voltando-se para a escrevente)) que W não é seu primo de sangue, mas de consideração.

A Ele ficava no centro ...

J Oi?

A Ele ficava no centro ...

J No centro da cidade. Ah:::! É o WI? É um que engraxava sapato?

[

A É. É.

J ((para a escrevente)) que o W costumava ficar no centro da cidade e era engraxate. Ele é lá de:: ...

[

A Mantena.

J Mantena. Você é de Mantenópolis?

A Não, sô daqui.

J Não. Daqui mesmo.

((volta-se para a escrevente)) que o W é de Mantena, Minas Gerais.

((Volta-se para o membro do Conselho Tutelar)) Sabe quem é né, R? O W, olhinho verde. Não é isso? Clarinho... assim ... olhinho verde. Meio carequinha... assim... pouco cabelo. Já fez dezoito anos ele.

A Ele tá no CDP. ((Centro de Detenção Provisória))

J Ele está pre::so?!

A Não sei o que foi ... uma audiência que ele não veio.

J Nã::o! Ninguém fica preso assim não.

A Ele tá preso no CDP.

J Está no CDP?

A Já vai sair já.

J Vai sair?

A A mulher dele/ eles tinha ele como morador de rua. Aí ... ele já tava morando com a mulher dele já ... é só levar o negócio lá / que ele mora com a mulher dele.

J Nã::o. Tem alguma coisa aí que está mal explicada, porque ninguém vai preso por morar na rua não. É furto. Furto é difícil ficar preso. Muito difícil. Se for roubo fica preso, agora furto é difícil. Eu vou olhar no sistema. Eu sei o nome dele. Conheço bastante. Abriguei ele quando era menor de idade, tentei colocar ele para estudar. Levei ele várias vezes para o pai dele. Muitas vezes ele falou que ia voltar. Ele ficou vai e volta até fazer dezoito. Aí, eu não podia fazer mais nada. E essa companheira dele? É mais velha que ele, não é?

A É.

J É... eu sei quem é. É ele mesmo.

((volta-se para a escrevente)) Deixa eu ver o quanto que o A tem de ato infracional aqui. O que eu posso fazer por ele? Não tem a informação de antecedentes. ((Juntas, verificam no sistema os atos infracionais do adolescente)).

É. Acho que dá para a gente aplicar uma medida ainda.

((volta-se para o adolescente)) Eu posso oferecer para você ... o perdão ... né. Em relação a isso aqui, cumulado com uma medida socioeducativa. Eu posso dar para você uma liberdade assistida de seis meses. Você sabe o que é isso? Você vai lá no L.A. Vai te ajudar, porque eles vão conseguir seus documentos todos... né. Te ajudar a arrumar documento. Te ajudar a arrumar matrícula... em escola ... tá bom? Te ajudar também ... a:: ... é:: ... fazer cur::so profissionalizan::te. Eles te encaminham, mas eles vão te acompanhar. Eu vou saber se você continua no tráfico, eu vou saber se você está disposto a fazer curso, se está disposto mesmo a trabalhar ou se é conversa fiada. Tá? Com três tráficos, você pode ser internado. Tá bom? Então essa é assim ... é uma primeira oportunidade que a gente dá a você. Aí você pode aproveitar essa oportunidade. Você topa?

A Topo.

J A, então está bom. A gente suspende o processo e você tem que cumprir a medida. Tá? No momento é ótimo, porque você está disposto mesmo, né. Se você não cumprir você pode ser internado por até noventa dias, que é internação sanção.

A Não. Eu vou.

J Tá bom. É isso aí. Então tá ótimo.

((passam-se alguns minutos)) E eles ainda vão te abordar muitas vezes, tá, A. Os policiais ainda vão te abordar muitas vezes. Até perceberem você com o uniforme de esco::la... com o uniforme de traba::lho, mudando sua situação:: ...

A É... assim. Eu vou ... num tem ... cumprir minha promessa. Mas ... tipo... se eles achar alguma droga no beco. Eles não pode falar que é minha não.

J Não. Não aí

[

A porque eu nem vô ficar lá no beco não, pra evitar esses problema.

J O ideal é você ficar: escola, trabalho, casa. Se você ficar pelos becos, pode ser confundido. E é como você falou: você está marcado. Né?

A E se eu tiver passando na hora ... assim?

J Se você tiver passando na hora, aí você vai dizer “óh, não estraguem a minha vida não, eu estou no L.A., eu estou querendo trabalhar, não estraguem a minha vida não que eu não estou mais no tráfico. Converse com eles, né. E os meninos .... eles ...por exemplo, o cabo Vieira, ele conversa bem com vocês. Eu não sei se os outros conversam. Naquela região ... só que o cabo Vieira não está mais naquela região.

R ((Conselho Tutelar)) Ele nunca esteve não. Só terça-feira que ele esteve ...

[

J Ah tá! Só terça que ele esteve nessa operação. Acho que ele está lá no Ayrton Senna. Então ... o que você vai fazer? Você vai ... mudar sua vida. E tenta evitar ser pego, porque eles vão... eles vão sempre te abordar, até eles perceberem que você mudou. Porque é o trabalho deles. É a obrigação deles né.

A Eu entendo.

J Agora, se você tiver tranquilidade e respeitar... os policiais conversam bem. Não pode é querer ficar impondo a vontade a policial. Policial fala parede: na hora, num briga não, não reage não. Eu tô no meu carro, policial mandou eu parar... é na hora... na hora. Documento? ... na hora. Documento. Certo? É assim... porque é a obrigação deles, então tem que respeitar a obrigação deles. Não é verdade? Já fui parada por policia... pra apresentar documento de ca::rro. Eles não são delicados, mas eu tenho que compreender que... eu posso estar agindo bem, mas tem gente que não está. Então eu tenho que ter paciência com eles, porque eles estão sob stress constante e eu não. Eles estão o tempo todo procurando alguma coisa errada. Não é verdade? Então a pessoa fica com uma adrenalina, stress constante. Não dá para ser delicado né? É por isso que a gente precisa ter paciência, né? E saber se comportar com o policial.

((A juíza encerra a audiência e o conselheiro (conselho tutelar) orienta o adolescente em relação ao endereço da L.A))

J Tchau. Estou feliz porque você vai mudar hem, A.

Artigo recebido em: 13/06/2018.

Artigo aceito em: 13/08/2018.

Artigo publicado em: 17/09/2018.